

# Bresser pede reestudo da divisão de receitas

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, reuniu ontem à noite em sua casa as principais lideranças do Congresso constituinte para pedir-lhes que reestudem a divisão das receitas tributárias entre União, Estados e Municípios no novo texto constitucional. Argumentando que a União vem diminuindo gradativamente sua receita, Bresser afirmou que, caso prevaleça o substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, o governo federal perderá em cinco anos, 26% de sua receita, equivalente a Cz\$ 158 bilhões para Estados e municípios, sem que haja uma transferência de atribuições e responsabilidades.

“Se aprovada a proposta, a União terá uma redução de sua receita equivalente a 2% do PIB (Produto Interno Bruto)”, afirmou o ministro ao final da reunião. Pelos cálculos de Bresser, a aprovação do substitutivo de Cabral implicará a elevação de 33 para 50% da participação de Estados e Municípios nos fundos federais, provenientes da arrecadação do IPI e Imposto de Renda.

Na avaliação do ministro, o aumento das transferências só seria possível se houvesse o aumento dos encargos de Estados e Municípios nas áreas de educação, saúde e saneamento. Bresser sugeriu aos parlamentares o aumento da participação de Estados e Municípios na arrecadação do IPI em contrapartida a uma redução no Imposto de Renda. “Isso daria liberdade ao governo para tributar”, afirmou o ministro.



Bresser, Ulysses, Cabral, Serra e Arinos na reunião em que se discutiu a reforma tributária do projeto constitucional

Na avaliação de Bresser, houve um “quase acordo” em três questões: redução do prazo de anterioridade para modificações no Imposto de Renda de dois anos para um ano, flexibilização das exigências para criação de depósitos compulsórios e permanência do ITR (Imposto Territorial Rural) na esfera da União — o projeto Cabral prevê que a arrecadação do ITR ficará com os Estados.

Bresser admitiu que teve dificuldade para convencer os parlamentares a reduzir a transferência de recursos da União para Estados e Municípios. “A pressão para aumentar a participação é grande”, afirmou. Durante a reunião, o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) deixou claro que seria “impraticável” a mudança do projeto nesse capítulo. Ao deixar a reunião o líder

do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP) foi taxativo: “A demanda dos Estados e Municípios é justa e política, e será mantida. É difícil voltar atrás”, disse. Para Fernando Henrique, a descentralização do bolo tributário representará uma maior liberdade para Estados e Municípios em relação ao governo federal.